

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB) pela editora, em 22 de dezembro de 2014, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 3.0, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.

Authorization granted to the Institutional Repository of the University of Brasília (RIUnB) by editor, at December, 22, 2014, with the following conditions: available under Creative Commons License 3.0, that allows you to copy, distribute and transmit the work, provided the author and the licensor is cited. Does not allow the use for commercial purposes nor adaptation.

REFERÊNCIA

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologia da globalização: circulação de pessoas, mercadorias e informações. **Série Antropologia**, Brasília, p. 1-33, 2011. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie435empdf.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

SÉRIE ANTROPOLOGIA
ISSN 1980-9867

435

**ANTROPOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO.
CIRCULAÇÃO DE PESSOAS, MERCADORIAS E
INFORMAÇÕES¹.**

Gustavo Lins Ribeiro
Brasília, 2011

Universidade de Brasília
Departamento de Antropologia
Brasília
2011

¹ Texto originalmente apresentado como uma conferência no *Instituto de Altos Estudios Sociales* da *Universidad Nacional de General San Martín*, Buenos Aires, 16 de maio de 2008. Agradeço a Alejandro Grimson o honroso convite. Trata-se de parte do Memorial que escrevi (Ribeiro, 2008) para concurso de professor titular da Universidade de Brasília. Procurei transformá-lo em algo útil aos que estudam globalização, mas, talvez defeito de origem, ainda reflete sua condição de trabalho altamente centrado nos meus próprios esforços de pesquisa e nos de todos que colaboraram comigo ao longo dos anos.

Série Antropologia é editada pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, desde 1972. Visa à divulgação de textos de trabalho, artigos, ensaios e notas de pesquisas no campo da Antropologia Social. Divulgados na qualidade de textos de trabalho, a série incentiva e autoriza a sua republicação.

ISSN Formato Impresso: 1980-9859

ISSN Formato Eletrônico: 1980-9867

1. Antropologia 2. Série I. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília

Solicita-se permuta.

Série Antropologia Vol. 435, Brasília: DAN/UnB, 2011.



Universidade de Brasília

Reitor: José Geraldo de Souza Jr.

Diretor do Instituto de Ciências Sociais: Gustavo Lins Ribeiro

Chefe do Departamento de Antropologia: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Coordenador da Pós-Graduação em Antropologia: José Antônio Vieira Pimenta

Coordenadora da Graduação em Antropologia: Marcela Stockler Coelho de Souza

Conselho Editorial:

Luís Roberto Cardoso de Oliveira

José Antônio Vieira Pimenta

Marcela Stockler Coelho de Souza

Comissão Editorial:

Andréa de Souza Lobo

Soraya Resende Fleischer

Editores Impressa e Eletrônica:

Cristiane Costa Romão

EDITORIAL

A Série Antropologia foi criada em 1972 pela área de Antropologia do então Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, passando, em 1986, a responsabilidade ao recente Departamento de Antropologia. A publicação de ensaios teóricos, artigos e notas de pesquisa na Série Antropologia tem se mantido crescente. A partir dos anos noventa, são cerca de vinte os números publicados anualmente.

A divulgação e a permuta junto a Bibliotecas Universitárias nacionais e estrangeiras e a pesquisadores garantem uma ampla circulação nacional e internacional. A Série Antropologia é enviada regularmente a mais de 50 Bibliotecas Universitárias brasileiras e a mais de 40 Bibliotecas Universitárias em distintos países como Estados Unidos, Argentina, México, Colômbia, Reino Unido, Canadá, Japão, Suécia, Chile, Alemanha, Espanha, Venezuela, Portugal, França, Costa Rica, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

A principal característica da Série Antropologia é a capacidade de divulgar com extrema agilidade a produção de pesquisa dos professores do departamento, incluindo ainda a produção de discentes, às quais cada vez mais se agrega a produção de professores visitantes nacionais e estrangeiros. A Série permite e incentiva a republicação dos seus artigos.

Em 2003, visando maior agilidade no seu acesso, face à procura crescente, o Departamento disponibiliza os números da Série em formato eletrônico no site www.unb.br/ics/dan.

Ao finalizar o ano de 2006, o Departamento decide pela formalização de seu Conselho Editorial, de uma Editoria Assistente e da Editoração eletrônica e impressa, objetivando garantir não somente a continuidade da qualidade da Série Antropologia como uma maior abertura para a inclusão da produção de pesquisadores de outras instituições nacionais e internacionais, e a ampliação e dinamização da permuta entre a Série e outros periódicos e bibliotecas.

Cada número da Série é dedicado a um só artigo ou ensaio.

Pelo Conselho Editorial:

Luís Roberto Cardoso de Oliveira

SUMÁRIO

Title: The Anthropology of Globalization. Circulation of People, Commodities and Information.

Abstract: This paper discusses a framework for the understanding of globalization, outlining some of the most effective theoretical and methodological tools relative to this field of inquiry. It also presents several examples of how anthropological research may be useful to understand the increase of circulation of people, commodities and information on a global scale.

Key words: words: globalization; international migration; transnational identities; transnational communities; world anthropologies.

Título: A Antropologia da Globalização. Circulação de pessoas, mercadorias e informações.

Resumo: Esse texto discute uma abordagem para a compreensão da globalização, delineando algumas das ferramentas teóricas e metodológicas mais efetivas relativas a esse campo de pesquisa. Também apresenta vários exemplos de como a pesquisa antropológica pode ser útil para analisar o aumento da circulação de pessoas, mercadorias e informação em uma escala global.

Palavras-chave: globalização; migração internacional; identidades transnacionais; comunidades transnacionais; antropologias mundiais.

Antropologia da Globalização. Circulação de Pessoas, Mercadorias e Informações.

Gustavo Lins Ribeiro
Departamento de Antropologia
Universidade de Brasília

PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO

Como em todo campo de conhecimento, são muitas as perspectivas antropológicas sobre a globalização. Eu mesmo cheguei a este campo através do estudo da expansão capitalista e do transnacionalismo. De fato, minha preocupação sobre desenvolvimento sempre demandou uma compreensão global dos processos. Assim, fui abrindo um leque amplo de interesses. Desde a década de 1990, o tema da globalização tem sido escrutinado de tal forma que fiz a seguinte comparação:

“Similarly to what happened with ‘development’ after World War II ... ‘globalization’ since the 1990’s has become an indicator in capitalist transformation and integration processes. Further, it has become an ideology and a utopia, a veritable mantra - formulae, recited by transnational, international and national elites. I want to stress that ‘globalization’ represents to the post Cold War period (1989/1991-present) what ‘development’ represented to the Cold War period” (Ribeiro, 2006: 2).

Frente à profusão de discussões e posições, explicitarei como situo a Antropologia da Globalização neste campo complexo.

1. Definições

Existem duas definições básicas sobre globalização. Sucintas, permitem que comecemos com um chão firme ao qual, gradativamente, se vai acrescentando complexidade. Elas também permitem montar um quadro que se traduz facilmente em programas de pesquisa para os quais os antropólogos podem, claramente, contribuir.

Série Antropologia. Vol. 435. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2011, pp. 6-33.

Primeiramente, penso a globalização como o aumento da circulação de coisas, pessoas e informações em escala global. Estas diferenciações são apenas analíticas. Muitas vezes as pessoas, coisas e informações viajam juntas. Quero frisar que se trata de um aumento, isto é, do incremento de vários processos que já existiam. Assim, evita-se o primeiro, e talvez o mais primário, erro sobre a globalização: considerá-la um processo que só existe a partir do final do século XX. Na verdade, sem uma longa história de expansão capitalista, algo que já havia sido indicado por Marx quando afirmava que o horizonte do capital era o mundo, não existiria aquilo que, ironicamente, denominei de “globalização realmente existente” para me referir à existência, pós-queda do muro de Berlin (1989), de um “capitalismo triunfante” sem barreiras e englobador de novos mercados e territórios (Ribeiro 2006b).

A segunda definição de globalização relaciona-se com o reembaralhamento das relações entre lugares. Globalização é o aumento da influência do que não está aqui, aqui. Tal concepção, ao mesmo tempo em que permite pensar o presente, mantém seu caráter processual (estamos falando, de novo, do aumento de intensidade de um processo) levando a considerar a história das diferentes relações entre o próximo e o distante, entre “nosotros” e “los otros”, fórmula que fica muito mais clara em espanhol. Por exemplo, uma coisa eram os processos de mudanças econômicas, políticas, tecnológicas, culturais e lingüísticas, causados pelo comércio de longa distância estudado, digamos, pelos arqueólogos no México pré-colombiano. Outra coisa são os fenômenos similares, hoje, em um mundo encolhido.

Estas definições de trabalho nos permitem adiantar quais seriam os ângulos específicos da contribuição da antropologia para o vasto campo da discussão sobre globalização. Mencionarei, apenas e inicialmente, pois certamente não se resumem a eles, alguns tópicos mais imediatamente reconhecíveis como aparentados com a antropologia: o estudo dos fluxos e encontros heterodoxos de pessoas e o estudo da participação dos “subalternos” na globalização. Aqui estão incluídos não apenas tópicos mais clássicos, como o efeito do capitalismo sobre populações nativas em escala global, algo realizado por Eric Wolf em *Europe and the People without History* (1982) -- quando ainda não se falava de globalização --, mas, também, os novos tipos de migrantes que vão criando sistemas interétnicos mais complexos e diversificados,

contribuindo, certamente, para o aumento da pluralidade étnico-cultural e para o fortalecimento do multiculturalismo enquanto ideologia do campo da política identitária. Os antropólogos são de há muito interessados em encontros entre estranhos, encontros estruturados por diferentes processos de poder histórica e desigualmente construídos (veja-se, por exemplo, a literatura brasileira, da década de 1960 e 1970, sobre frentes de expansão, fricção interétnica e sistemas interétnicos). Encontram-se, portanto, face a problemáticas conhecidas e que, de uma forma ou de outra, remetem a uma tensão central na constituição do pensamento antropológico: a tensão entre processos de homogeneização e de heterogeneização da vida cultural, social, econômica e política. Esta tensão é constitutiva, também, da própria globalização. Para melhor compreendê-la, considero que existem cinco noções fundamentais.

2. Cinco noções centrais

Destas cinco noções, uma vem da sociologia, outra da geografia e as três restantes da antropologia. Elas sempre me foram úteis, tanto na docência, nas atividades de extensão quanto nas minhas publicações, para desenvolver uma visão geral da globalização e para perceber novos processos, situações e agentes a serem pesquisados.

Começarei com a noção sociológica de “sistema mundial”, de Immanuel Wallerstein (1974). A noção de sistema mundial é uma das poucas de linhagem marxista que continua bastante em voga. É claramente herdeira da discussão da teoria da dependência dos anos 1960/70. Como tal, reflete, em maior ou menor grau, os limites e capacidades heurísticas daquela teoria. A crítica mais comum a “sistema mundial” considera que seria uma simplificação pensar o mundo globalizado em termos de centro, periferia e semi-periferia, especialmente, se o que estiver em jogo for a relação entre Estados nacionais enquanto unidades constitutivas do sistema. Certamente. Entretanto, é interessante notar que até mesmo os autores que fazem esta crítica freqüentemente não conseguem descartar totalmente a idéia de que existem relações entre “centros” e “periferias”. Creio que tal persistência deve-se ao fato de a relação centro/periferia exprimir, na verdade, diferencial de poder entre coletividades constitutivas de um macro sistema sociológico, político e econômico. Sua potencialidade metafórica, assim como sua capacidade de mostrar que existe um sistema em expansão tanto quanto de organizar o mundo em termos de unidades que nele

participam de maneira diferenciada são o que mantém o interesse e o valor heurístico de “sistema mundial”. Como veremos mais adiante, no presente, meus últimos trabalhos se apóiam nesta noção para desenvolver uma perspectiva original sobre o “sistema mundial não-hegemônico” e a “globalização popular”.

Escrevi antes (Ribeiro, 1992), que ao mesmo tempo em que se trata de uma abstração, o sistema mundial existe concretamente através das operações realizadas pelos agentes sociais que nele "habitam". Desta forma, é possível fazer sua reconstrução histórica ou etnográfica, ainda que a partir de experiência parciais, através do estudo de seus agentes reais. Poderíamos exemplificar com os exploradores, *adelantados* e bandeirantes, marinheiros de caravelas, as grandes companhias coloniais e seus administradores, trabalhadores de grandes projetos, executivos internacionais, as corporações transnacionais, agências multilaterais, diplomatas e militares servindo a exércitos imperiais. Dada a relação estreita entre a evolução do sistema mundial e a expansão capitalista, pode-se afirmar que a economia-política global está cada vez mais contida nos marcos daquele sistema, de forma tal que suas partes constitutivas encontram-se igualmente cada vez mais integradas.

A segunda noção advém do livro de David Harvey, *The Condition of Post-Modernity* (1989) que reputo fundamental para compreender a transição histórica iniciada no final do século XX. Em seu livro, além de adentrar na então quentíssima discussão sobre a relação modernidade/pós-modernidade e descrever, brilhantemente, a composição e dinâmica do novo capitalismo flexível, Harvey cunha a noção de compressão espaço-temporal. A compressão do espaço-tempo é o resultado, a partir do advento do capitalismo industrial, dos avanços realizados nas tecnologias de transporte e comunicação. A compressão do espaço-tempo é, portanto, o fenômeno histórico-tecnológico através do qual o “espaço é aniquilado através do tempo”, redundando no “encolhimento do mundo”. As pessoas e os lugares estão diferentemente expostos ao processo de compressão do tempo-espaço. Entretanto, hoje, praticamente ninguém está fora do seu alcance. O aumento da complexidade e eficácia da compressão do tempo-espaço torna cada vez mais complexa a circulação de pessoas, coisas e informações, em escala global, tanto quanto a influência do que não está aqui, aqui. Ao perceber que o encolhimento do mundo é uma obra de agentes e tecnologias reconhecíveis, pode-se propor fazer a etnografia dos lugares, agentes e agências responsáveis por tal

encolhimento ou dele partícipes. Veremos, adiante, como esta noção tem sido importante para mim.

A terceira noção que considero central é a mais antiga de todas. Trata-se da idéia de “níveis de integração sociocultural”, do antropólogo Julian Steward (1972 [1951]), cunhada para pensar as realidades sociais, políticas, econômicas e culturais que incidem sobre a vida das pessoas estudadas pelos antropólogos, mas que não se encontram, necessariamente, circunscritas ao cenário localizado de uma etnografia realizada em apenas um local. A noção de Steward fornece uma base a partir da qual é possível construir instrumentos interpretativos para lidar com a natureza aberta e cambiante da imersão/exposição de pessoas, segmentos e classes em/a vários contextos e forças sociológicos locais e supralocais com diferentes poderes de estruturação. A minha própria interpretação de níveis de integração concebe-os como um espectro formado pelos níveis local, regional, nacional, internacional e transnacional. Para ser claro e simples, fiz a seguinte equação. O nível local corresponde à localização imediata de experiências fenomenológicas diárias, isto é, ao conjunto de *loci* onde uma pessoa ou grupo conduz atividades cotidianas regulares, interagindo com, ou sendo expostos a diferentes redes sociais e instituições. Pode variar de um conjunto de áreas do campo ou de uma grande cidade, a toda uma cidade. O nível regional corresponde à definição cultural/política de uma região dentro de uma nação, como o Sul, nos Estados Unidos, ou a Galícia, na Espanha. Os níveis nacional, internacional e transnacional referem-se à existência do Estado-nação e às suas relações internas e externas. Os níveis de integração existem simultaneamente e têm poderes diferentes sobre a estruturação das capacidades de agentes individuais e coletivos. As relações entre os diversos níveis de integração não são unilineares, mas marcadas por disjunções e poderes de estruturação circunstanciais e desiguais. Também implicam uma lógica de inclusividade, isto é, quanto mais distantes do nível local, as categorias se tornam mais abstratas, ambíguas e sujeitas a estereotipificação.

A quarta “noção” que julgo fundamental para pensar antropologicamente a globalização é, na verdade, muito mais um quadro interpretativo, do que uma noção propriamente dita. Trata-se da idéia de “panoramas” de Arjun Appadurai (1990). Para ele, há que pensar a globalização por meio da existência de cinco panoramas que mantêm relações disjuntivas entre si: etnopanoramas (referentes ao aumento da complexidade das paisagens étnicas), finançopanoramas (referentes à hegemonia do capital financeiro globalizado), tecnopanoramas (referentes à difusão global de tecnologias),

mídiapanoramas (referentes à capacidade eletrônica de produzir e disseminar informações e às imagens criadas pela mídia) e ideopanoramas, “elementos da visão do mundo do Iluminismo que consistem da concatenação de idéias, termos e imagens, incluindo ‘liberdade’, ‘bem-estar’, ‘direitos’, ‘soberania’, ‘representação’ e o termo matriz ‘democracia’” (1990: 9-10). A metáfora visual e combinatória de Appadurai permite ver a globalização como a resultante de processos que se combinam desigualmente, de acordo com os locais, agentes e agências envolvidos em situações concretas. Além disso, insere uma concepção perspectivista, isto é, por se tratarem de “panoramas” a posição dos agentes é fundamental para determinar a perspectiva, aquilo que de um ângulo específico é experimentado, “visto”.

Por último, está a noção de segmentação étnica do mercado de trabalho, desenvolvida por Eric Wolf em *Europe and the People without History* (1982: 379-383). As pesquisas empíricas realizadas por economistas e sociólogos (p.eg. Bonacich, 1972) comprovavam, nos Estados Unidos, a participação majoritária de brancos em um mercado primário, no qual os benefícios de carreiras estáveis e de previdência social eram assegurados pelos empregadores, e de negros no secundário, no qual tais benefícios inexistiam. Eric Wolf introduziu a noção de segmentação étnica do mercado de trabalho na antropologia, articulando seu conhecimento histórico e antropológico da formação do sistema mundial em escala de vários séculos. Wolf mostrou claramente como as diversas necessidades por trabalho humano do sistema em expansão foram colocando juntas, em posições variantes, populações com características distintas. Em geral, os migrantes recém-ingressos no mercado de trabalho entram nas posições inferiores. A noção de mercado de trabalho etnicamente segmentado considera como primordiais os processos migratórios provocados em escala global pela expansão capitalista e mostra como determinadas etnias ocupam posições que podem ser alteradas, para melhor ou para pior, com o decorrer do tempo. Sua plasticidade permite manipulá-la, ampliando seu poder heurístico, para pensar desde grandes unidades de análise como um determinado Estado-Nação até o mercado de trabalho específico de uma fábrica, por exemplo, ou de um grande projeto como fiz no meu estudo sobre Yacyretá (veja Ribeiro, 1991, 1994) ou sobre o Banco Mundial (Ribeiro, 2001). Ela também permite perceber que, com o desenvolvimento capitalista, a complexidade dos arranjos de segmentação étnica foi aumentando criando sistemas interétnicos com alteridades múltiplas. A proximidade e interdependência das diferenças são fatores que contribuem tanto para a percepção do

"encolhimento" do mundo contemporâneo quanto para a fragmentação das percepções individuais, em um movimento duplo de homogeneização e de heterogeneização que se dá pela exposição simultânea a uma "mesma" realidade compartilhada por olhares claramente diferenciados.

PESQUISANDO ANTROPOLOGICAMENTE A GLOBALIZAÇÃO

As cinco noções acima foram, com frequência, por mim aperfeiçoadas para dar conta dos problemas que me propus a pensar. Para exemplificar o uso deste ferramental básico, apresentarei -- com a concorrência de outros conceitos, noções e quadros interpretativos -- algumas pesquisas e trabalhos sobre o mundo contemporâneo. Vale a pena repetir que a separação analítica que faço entre circulação de coisas, pessoas e informações não significa que cada um dos vértices do triângulo tenha circuitos totalmente exclusivos, separáveis ou possíveis de serem pensados isoladamente.

1. **Aumento da circulação de coisas** (o sistema mundial não-hegemônico e a globalização popular).

O mercado é o cenário privilegiado para o estudo da circulação de coisas. Na verdade, de há muito, no nosso mundo, as coisas são mercado-rias. A antropologia do mercado ensina, entre outras lições, que os mercados são lugares de interconexões entre distintos grupos étnicos, zonas ecológicas e locais de produção. Mas, os mercados capitalistas contemporâneos também são lugares de muitas regulamentações. Aquelas formalizadas, normalmente através de meios estatais, acabam sendo estudadas em termos do que se denominou de "economia formal", muito em contraste com as formas populares, regulamentadas principalmente através de meios não-estatais e também designadas por termos como "economia informal", "mercado informal". As ciências sociais dedicaram bastante atenção, nos últimos 40 anos, ao estudo da "informalidade". Entretanto, apesar da sua importância cada vez mais visível nas ruas, praças, zonas fronteiriças e na mídia quase nada se tem feito sobre o que chamo de globalização popular, globalização econômica não-hegemônica que são parte do que também chamei de sistema mundial não-hegemônico.

As pesquisas sobre este tópico começaram a partir do ano de 2000. Tratava-se, inicialmente, de pesquisar um fenômeno urbano, econômico, com derivações políticas, a chamada Feira do Paraguai, denominação comum da Feira dos Importados, o nome dado a um empreendimento popular, amplamente conhecido no Distrito Federal, existente desde o início da década de 1990. A Feira do Paraguai une vários planos da pesquisa antropológica contemporânea e clássica: feiras populares, lutas urbanas, sistemas de mercado, setor informal, trabalhadores “nômades”, a circulação de pessoas e mercadorias determinada por dinâmicas globalizadoras. Minha intenção era pesquisar uma prática e uma categoria social representativas do fluxo de pessoas e mercadorias em sintonia com transformações e dinâmicas típicas do que mais tarde viria a chamar de “outras globalizações” (Ribeiro, 2006).

No que diz respeito ao incremento da circulação de objetos na era da globalização, quis evitar realizar apenas uma etnografia da disseminação de novos hábitos e itens de consumo. A pesquisa etnográfica que propus, além de considerar este tópico, fazia-me recordar diversas contribuições da antropologia brasileira relativas à análise de mercados informais de trabalho, feiras, cultura e economia popular (veja-se, por exemplo, Machado da Silva, 1971; Garcia, 1984). Além disto, permitia retomar uma interface mais concreta e clássica com a antropologia urbana através de diferentes vieses (estudos de territórios urbanos, de categorias específicas de trabalhadores, da dinâmica de sua economia), só que, desta vez, levando em consideração o processo de globalização.

Foi possível, então, lançar luz sobre os processos de criação de um emergente pequeno empresariado a partir de camadas populares, de comerciantes semi-nômades modernos que manipulam os desejos de consumo e as possibilidades de comercialização dos objetos e bugigangas que simbolizam a modernidade para consumidores de classe média. Revelaria, assim, uma poderosa e importante manipulação popular das forças econômicas da globalização e difusão de mercadorias a nível mundial. Neste plano, nosso objeto não poderia ser mais estimulante já que os/as chamado(a)s sacoleiro(as) são atores sociais que desempenham papel central nesta dinâmica, unindo, com seus movimentos pendulares de ida e vinda ao Paraguai (Ciudad del Este) o nível de integração local ao internacional. Desta forma, a intenção também foi estabelecer pontes com aquelas discussões da antropologia que tratam de compreender as complexas fusões entre o local e o global (Appadurai, 1990; Basch et al, 1994; Clifford, 1997; Ribeiro, 1999; Rothstein e Blim, 1992; por exemplo). Era possível investigar formas de interação das atividades de

atores locais e atores globais (para esta terminologia ver Mato, 1996) que articulam níveis de integração locais, nacionais e internacionais. Nunca é demais reiterar a carência de etnografias que explorem consistentemente estas complexidades. Em suma, além de uma etnografia da Feira do Paraguai como um espaço fragmentado global do sistema mundial não-hegemônico que se expande com a intensificação da globalização, tais pesquisas também têm se dedicado a realizar etnografias sobre a agência das camadas populares na globalização. Em geral, a tendência é considerar que as camadas populares são sempre objeto ou vítimas da globalização. Teriam, assim, sua agência, no sentido de Anthony Giddens (1984), sequestrada ou desprezada.

A Feira do Paraguai em Brasília, com a sua história de quase duas décadas e seus mais de 2.100 boxes, provam a vitalidade da globalização econômica não-hegemônica (veja, por exemplo, Souza, 2000, Figueiredo, 2001). Na verdade, a Feira é um dos espaços globais fragmentados de um universo composto por outros fragmentos e por diferentes fluxos de pessoas, coisas e informações em escala mundial. Na estruturação de boa parte do segmento sul-americano do sistema mundial não-hegemônico, Ciudad del Este, no Paraguai, tem um papel fundamental. Por este motivo, é importante também compreender a transfronteira Ciudad del Este/Foz do Iguaçu enquanto um espaço global fragmentado da globalização econômica não hegemônica (Ribeiro, 2006, 2007, Ortiz, 2004). Infelizmente, são poucos os trabalhos etnográficos sobre os “sacoleiros” e sobre o comércio de Ciudad del Este (veja-se, especialmente, Rabossi, 2004, Machado 2005).

Por outro lado, está clara a centralidade de algumas diásporas para a manutenção e reprodução da globalização popular e para o aumento da complexidade da segmentação étnica de alguns lugares. É o caso das diásporas árabes e chinesas. Elas frequentemente estão presentes naquelas cidades e mercados que são grandes nós do sistema mundial não-hegemônico, como a Rua 25 de Março, em São Paulo. É evidente, em um primeiro momento, o papel da diáspora sírio-libanesa na transformação daquela área urbana em um território étnico vinculado ao comércio internacional (Nascimento, 2006) e, em um segundo momento, o papel da diáspora chinesa na inserção da área no sistema mundial não-hegemônico, tornando-a o maior nó da globalização popular internamente ao Brasil. Algo similar ocorre com a presença árabe na transfronteira Foz do Iguaçu/Ciudad del Este (Arruda, 2007) e com a crescente presença chinesa em

diversos locais (veja, por exemplo, Machado, 2009, Silva, 2009). Em Brasília, os chineses são migrantes cada vez mais presentes na Feira do Paraguai (Rocha, 2007).

Entre os exemplos que Abraham e Van Schendel (2005) dão sobre o que é (i)lícito está a venda de vídeos “piratas” na Tailândia. Defino o sistema mundial não-hegemônico como uma forma das classes populares acederem a fluxos de riqueza global (Ribeiro, 2008a). Trata-se de um conjunto de nós (mercados) e de fluxos entre estes nós, com diferentes dimensões e intensidades. Seus principais centros produtores encontram-se na Ásia e, muitas vezes, produzem cópias falsificadas, de diferentes qualidades, de superlogomarcas globais (ver Chang, 2004, para a noção de superlogomarca). As noções de sistema mundial não-hegemônico e de globalização popular representam uma abordagem que problematiza as formas prevalentes de interpretação destes fluxos que os identificam e reduzem ao crime organizado global (veja, por exemplo, Naím, 2005).

O tamanho cada vez maior da “economia ilícita global”, da “pirataria” e dos mercados populares de importados, leva a crer que ainda há muito o quê explorar nestes caminhos. O trabalho nesta linha continuará a apontar para outras facetas da relação classes populares/processos de globalização, para “outras globalizações econômicas”, assim como permitirá aprofundar as noções de “sistema mundial não-hegemônico” e “globalização popular” (Ribeiro, 2007, 2010) que dependem, em grande medida, da fina compreensão do que é (i)lícito (Abraham e Van Schendel, 2005), isto é, atividades consideradas ilícitas pelo Estado mas que são socialmente aceitas e tidas como legítimas por seus praticantes.

2. **Aumento da circulação de pessoas** (fragmentação de identidades, migrantes internacionais e modos de representar pertencimento).

Outra dimensão que o estudo antropológico da globalização tem destacado é aquela das migrações internacionais, da circulação de pessoas em nível mundial. A particularidade das migrações internacionais em tempos de globalização exacerbada encontra-se mais na sua diversidade e complexidade do que no seu volume. O final do século XIX e começo do século XX conheceram também gigantescos volumes migratórios globais. Entretanto, agora se encontram fluxos migratórios inusitados, provocados pelo aumento do encolhimento do mundo. Só para dar um exemplo envolvendo um povo africano, do Sudão, famoso pelo clássico estudo de Evans-

Pritchard, mencionarei os nuer que, a partir da década de 1990 se encontram como migrantes refugiados em Minnesota (Holtzman, 1999). Os brasileiros são, também, novos migrantes globais, pois a emigração brasileira passou a despontar firmemente apenas em meados da década de 1980.

Meu próprio interesse pela migração internacional começou quando, na década de 1980, percebi que, dependendo da magnitude do grande projeto de construção e de sua importância para a expansão do sistema mundial capitalista, eram significativos os fluxos de trabalhadores e técnicos estrangeiros que afluíam para participar nas obras – como ocorreu, por exemplo, nas construções dos canais de Suez e do Panamá. Assim, ao analisar o que denominei de fluxos organizados e desorganizados de força de trabalho que formaram o mercado de trabalho etnicamente segmentado da construção da hidrelétrica argentino-paraguaia de Yacyretá, envolvi-me fortemente com o esforço de compreender os “bichos-de-obra” estrangeiros, estes “nômades globais” que lá se encontravam, e seus dramas identitários (Ribeiro 1992, 1995).

De fato, o estudo de migrações internacionais provê cenários interessantes para pensar e repensar as teorias sobre identidades sociais e étnicas. O estudo dos bichos-de-obra, em particular, provou-se altamente profícuo. Eram pessoas expostas, ao longo de toda a sua vida laboral, aos interesses e efeitos do capitalismo transnacional. No caso concreto de Yacyretá, a segmentação étnica do mercado de trabalho estava estruturada de tal forma que no topo da pirâmide encontravam-se italianos que trabalhavam para a empreiteira principal, responsável pela execução da obra. As grandes empresas transnacionais da construção civil possuem obras em desenvolvimento em diferentes países do mundo. Os seus trabalhadores, sobretudo os técnicos especializados, são transferidos de obra em obra em escala global. O conjunto das obras conforma os circuitos migratórios dos grandes projetos.

Os bichos-de-obra são pessoas que entram no circuito migratório dos grandes projetos e nele passam a viver permanentemente durante sua vida de trabalho ativo. Mais ainda, como encontrei entre os trabalhadores especializados de origem italiana casos de até terceira geração de pessoas que vivem permanentemente vinculadas aos circuitos migratórios dos grandes projetos em escala mundial, considereei como o bicho-de-obra arquetípico a pessoa nascida e criada em acampamentos de grandes obras pelo mundo afora e que assume estes circuitos e acampamentos como definidores de suas identidades.

O estudo dos bichos-de-obra permitiu elaborar uma concepção de identidade, cambiante e fragmentária. Assim, a fragmentação de identidade deveria ser entendida em um universo onde há um fluxo em aceleração crescente de mudanças de contextos de encontros sociais e comunicativos e uma múltipla exposição a agências socializadoras e normatizadoras, elas mesmas também viajando num fluxo acelerado de mudanças. Nesta situação as identidades só poderiam ser definidas como sendo a síntese de múltiplas alteridades construídas a partir de um número enorme de contextos interativos regulados, na maioria das vezes, por instituições. Em concordância com postulações de George Marcus (1991) considere que, ao invés de uma essência irreduzível, a identidade nas sociedades complexas modernas pode ser concebida como um fluxo multifacetado sujeito a negociações e rigidez, em maior ou menor grau, de acordo com os contextos interativos que na maioria das vezes são institucionalmente regulados por alguma agência socializadora e/ou normatizadora. Os bichos-de-obra permitiram pensar etnográfica e antropologicamente as dinâmicas relativas a processos identitários transnacionais.

Foi essa discussão sobre identidade no contexto da migração internacional que levou, posteriormente, a investigar migrantes brasileiros residentes na área da Baía de São Francisco, na Califórnia, Estados Unidos (Ribeiro, 1999a, 2000, 2000a, 2003a). Um dos desafios nas ciências sociais é encontrar os cenários etnográficos adequados para dialogar com diferentes discussões teóricas e fazê-las avançar. Estudar os emigrantes brasileiros também era uma oportunidade de discutir a identidade brasileira, baseado em etnografia e não em uma perspectiva ensaística. A transformação dos brasileiros em minoria étnica internamente a uma estrutura de segmentação étnica complexa como a da Baía de São Francisco, permitiu perceber, no jogo de espelhos identitários típico das relações interétnicas, como os migrantes se representavam e eram representados enquanto “brasileiros” em um universo altamente marcado pela etnização das alianças para cooperação e para o conflito, como o estadunidense².

Face aos principais segmentos étnicos da Baía de São Francisco (anglo-saxões, hispânicos e chineses), os emigrantes deixaram de ser goianos (o segmento mais numeroso à época) para se tornarem “hispânicos” e “brasileiros”, na verdade uma contrafação do “carioca”, já que os estereótipos sobre o Brasil que mais freqüentemente transitam pelo sistema mundial baseiam-se em mídiapanoramas produzidos do e sobre o Rio de Janeiro. Não deixa de ser curiosa a transformação de populações advindas de Estados nacionais

² Veja os comentários de Roberto Cardoso de Oliveira (2000).

específicos em minorias étnicas internamente ao novo Estado-Nação em que se encontram. A identidade nacional, ela mesma uma construção que se direciona para uma homogeneização instrumental de uma determinada população, se transforma, também instrumentalmente, em uma identidade étnica, isto é, em uma identidade contrastiva no âmbito de um outro estado nacional onde as diferenças são marcadas por distinções lingüísticas e culturais, acima de qualquer coisa.

O estudo do aumento da circulação de pessoas e da complexidade dos sistemas interétnicos levou a uma pesquisa sobre a segmentação étnica e a diversidade cultural do Banco Mundial, em Washington, D.C. Inspirado por Ulf Hannerz (1996) que fala de “centros físicos da cultura transnacional” achei que o Banco Mundial seria um excelente cenário etnográfico para pesquisar questões vinculadas à construção de identidades transnacionais (veja Ribeiro, 2001, 2002, 2003). As noções de sistema mundial, de Wallerstein, de panoramas, de Appadurai, e a de segmentação étnica, de Wolf, mostraram-se mais uma vez úteis para entender um dos mais complexos mercados etnicamente segmentados.

A segmentação étnica do mercado de trabalho do Banco Mundial é estruturada pelo poder dos países que dominam econômica e politicamente ao Banco, especialmente pelos Estados Unidos. Outro fator importante é sua sede estar em Washington. Além disso, existem outros dois fatores poderosos. Um é a educação formal, normalmente são recrutados funcionários de grandes e elitistas universidades anglo-saxãs. O outro é o domínio da língua inglesa. À época da pesquisa, era notável a proeminência de nações de língua inglesa ou de países que foram parte do império britânico ou do norte-americano. Falar inglês é a habilidade individual mais importante que uma pessoa deve ter para trabalhar no Banco, um fato que certamente cria a aparência de uma comunidade desbabelizada. Contudo, os muitos sotaques do inglês são índices da complexidade de sua esfera pública profissional e de uma ambigüidade que prevalece na construção das identidades dos funcionários.

Os funcionários do Banco Mundial compartilham de muitos modos as mesmas contradições, ambigüidades e ansiedades típicas das identidades fragmentadas de migrantes inter- ou transnacionais. Agrupam-se, por exemplo, em associações étnicas e realizam rituais anuais de (re)afirmação de suas identidades étnicas. Porém, em última instância, nenhuma instituição, global ou não, pode operar como uma Torre de Babel. Esta uma das razões porque as estruturas burocráticas e administrativas constroem

regularidades organizacionais e hierárquicas. Depois da racionalidade burocrática, o fator mais poderoso unificador da diversidade étnica e cultural no Banco Mundial é de ordem lingüística. Já que fora do mundo de fala inglesa esta língua é freqüentemente falada por elites nacionais, este fator lingüístico também implica em uma seleção elitista na formação do mercado de trabalho do Banco. Mais do que uma “cultura global”, no Banco Mundial existem “ideologias globais”, estruturadas tanto por ideologias de pretensão universalista como o “desenvolvimento” e a racionalidade burocrática ocidental, quanto pela exposição ao inglês, o *créole* do sistema mundial e ao sistema educacional anglo-saxão. Tudo indicava, assim, estarmos diante de um local de criação de uma classe transnacional. Para entender, a essa classe, é fundamental estudar a circulação de informações, de ideologias e utopias, de matrizes discursivas, internamente ao sistema mundial.

3. Aumento da circulação de informações

a. Ideologias e matrizes discursivas globais

São muitos os ideogramas que circulam internamente ao sistema mundial e que, de uma forma ou de outra, informam as elites globalizadas e suas práticas de governança global. Mas, dediquei pouca atenção ao que Sklair (1991) chama de cultura do consumismo global (salvo pelo viés específico do estudo da globalização popular). Procurei compreender mais fortemente aqueles ideogramas que têm conseqüências para políticas globais, como a ideologia-utopia do desenvolvimento (veja, por exemplo, Ribeiro 1991a, 1994, 2002a, 2008b; Ribeiro e Little 1997).

Em 1992, uma pesquisa de campo sobre a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, como um mega ritual global de integração de elites transnacionais, foi crucial para consolidar a interpretação do desenvolvimento sustentável como a nova ideologia/utopia do desenvolvimento (Ribeiro, 1991a). “Desenvolvimento sustentável” foi visto como um compromisso político-ideológico entre as posições mais radicais do campo desenvolvimentista que não se preocupavam com a destruição da natureza e as posições mais radicais do campo ambientalista que defendiam a bandeira do “crescimento zero”. Os discursos sobre desenvolvimento passaram a ser vistos como metarelatos salvíficos, de caráter transcendental e com pretensões universalistas, que apresentavam uma receita de

destino para a humanidade baseada em antigas ideologias/utopias ocidentais como a do “progresso”. O desenvolvimento sustentável seria um capítulo a mais na história da disseminação desses poderosos ideogramas, relativo à nova conjuntura do fim do século XX com as suas crises de ideologias e utopias face aos rearranjos do sistema mundial com o fim do mundo bipolar e a consolidação do capitalismo flexível triunfante.

Esta preocupação com o ambientalismo implicou um investimento na compreensão de outras matrizes discursivas fundamentais para a expansão do sistema mundial e para o avanço do encolhimento do mundo. Não entrarei aqui na discussão sobre os tecnogramas, entendidos como a matriz discursiva que postula o avanço tecnológico como a salvação da humanidade (veja em Ribeiro 1999b, minhas definições de tecnofobia e tecnopia). Prefiro deter-me sobre a questão da diversidade cultural como discurso global de elites envolvidas na cooperação internacional e na governança global (Ribeiro, 2008c).

Existem relações necessárias entre diversidade e globalização que no plano discursivo podem ser melhor entendidas se recorrermos à noção de cosmopolíticas (veja adiante) como um tipo diferenciado de discurso global que permite ir além da tensão particular/universal. Com efeito, as cosmopolíticas reconhecem, desde o princípio, que existem outros discursos globais cuja validade pode e deve ser democraticamente negociada. Cunhei, então, a expressão “discursos fraternos globais” que incluiria matrizes discursivas com pretensões universais como “direitos humanos”, “desenvolvimento” e “diversidade cultural”. Este exercício serviu de ponte para explorar as relações entre diversidade cultural e outro discurso global, o do Patrimônio Cultural da Humanidade. A definição de Patrimônio Cultural da Humanidade depende do que se entenda por “valor universal excepcional”. “Valor universal excepcional” define o quê (na verdade quem) é universal e merece ser parte do patrimônio mundial, isto é, o quê/quem transcende os confins de uma localidade e é capaz de ser admirado por outros em uma economia simbólica global. Valor universal excepcional é mais um exemplo da força ilocucionária de alguns discursos. Cria reconhecimento em uma época na qual abundam demandas por reconhecimento. As discussões sobre “valor universal excepcional” não podem ser reduzidas à luta para controlar uma definição abstrata, sem impacto, de universalidade. Ao contrário, “valor universal

excepcional” tornou-se uma questão a ser debatida graças à sua força ilocucionária. É, na verdade, um artefato taxonômico e artefatos taxonômicos, em geral, provocam efeitos de poder que estruturam relações entre distintos atores coletivos. É também um significante vazio e flutuante (Lévi-Strauss, 1973; Laclau, 1994). Como não pode ser definido, a sua força ilocucionária torna-se mais importante do que o seu significado. Finalmente, a noção de “valor universal excepcional” congrega elites profissionais e políticas, nacionais e transnacionais, ao redor de discursos sobre que símbolos de identidades coletivas são mais legítimos para serem disseminados em fluxos simbólicos nacionais e globais nos quais abundam discursos globais sobre diversidade cultural.

b. Comunidade transnacional imaginada-virtual e o espaço-público-virtual

O começo da década de 1990, anunciou claramente o desenvolvimento de uma extraordinária ferramenta que se difundia e aperfeiçoava rapidamente, a internet com o seu ciberespaço que criava uma rede eletrônica transnacional interativa, um aparato da compressão do espaço-tempo unificador, em rede, dos espaços-globais fragmentados. O interesse pela internet era gramatical com os estudos sobre transnacionalidade e permitiu descobrir a comunidade transnacional imaginada-virtual³.

Três autores são fundamentais na discussão sobre a comunidade transnacional imaginada-virtual. Primeiro, Benedict Anderson (1991) com o seu livro sobre a importância do *print capitalism* e da palavra impressa como meio de criação de comunidades imaginadas que se transformaram em Estados nacionais. Depois, os trabalhos de Allucquère Rosanne Stone (1992, 1994, 1995), especialista em tecnologias do virtual, para quem todos os meios de comunicação, não apenas os livros e a imprensa, são meios de criação de comunidades. Ao mesmo tempo, estava Néstor García Canclini (1990) que cunhou a idéia de um “espaço público eletrônico” criado pela mídia e que possibilitaria ao cidadão imaginar a totalidade de uma enorme e fragmentada metrópole como a capital mexicana. A convergência destas concepções permitiu pensar que a internet e o que denominei de capitalismo eletrônico-informático estavam para o desenvolvimento de comunidades transnacionais imaginadas-virtuais,

³ O ensaio “A Condição da Transnacionalidade” (Ribeiro, 2000) reúne as características antropológicas, sociológicas, econômicas, culturais, sociais e políticas que caracterizam a existência do nível de integração transnacional.

assim como a imprensa e o *print capitalism* estavam para o desenvolvimento de comunidades imaginadas nacionais (Ribeiro, 1996, 1998). Em contraste com Anderson, cuja análise retrospectiva é baseada na história da imprensa, trata-se de uma interpretação prospectiva, baseada em tendências e em analogias históricas e sociológicas sobre os efeitos dos meios de comunicação na criação de coletividades cada vez mais abrangentes. O qualificativo “virtual” da comunidade transnacional imaginada explica-se diante da importância que as tecnologias da virtualidade ganharam nas últimas três décadas e da importância da virtualidade -- embutida em todos os meios de comunicação, inclusive na própria linguagem humana – para a criação de lugares que não estão aqui, mas que são importantes aqui (sobre estes assuntos veja, por exemplo, Baudrillard 1988, Featherstone e Burrows 1995, Kroker e Weinstein 1994, Lévy 1995, Maldonado 1994, Quéau 1993, Rheingold 1993, Stone 1992, 1994, 1995).

É estratégico pensar a internet como lugar privilegiado para estudar o transnacionalismo. O ciberespaço propicia um encolhimento do mundo que potencializa o surgimento de verdadeiras multidões globais, on-line. Por isso, é possível unir a discussão sobre o nível de integração transnacional àquela sobre o surgimento e crescimento de uma sociedade civil global. A internet, ao possibilitar a emergência da comunidade transnacional imaginada-virtual, torna-se também a base tecno-simbólica da sociedade civil global. Desenvolvi, então, as noções de “testemunho político a distância” e de “ativismo político a distância”, o poder virtual da opinião pública mundial, da comunidade transnacional imaginada-virtual (Ribeiro, 1998). Em certo sentido, o testemunho a distância não é novo. Contudo, sob o império dos meios de comunicação massivos, na era da informação e da reprodução eletrônica dominadas pelo imediatismo da imagem e a circulação de simulacros, o testemunho a distância opera em um grau muito maior do que em qualquer momento anterior. Tornou-se uma poderosa arma política das sociedades de massas, incrementada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação. A última a chegar neste cenário foi a rede global de computadores que, além de transmitir mensagens escritas e audiovisuais, é interativa e estimula a criação de diferentes comunidades transnacionais imaginadas e virtuais. Mas o testemunho a distância não deve ser concebido apenas como uma entidade flutuante, um elemento de uma economia moral, que apela à indignidade de indivíduos iluminados. Necessita transformar sua indignação em ações com impacto no mundo real. E isto é o que a internet permite: a existência do “ativismo a distância” com uma forte capacidade de intervenção no curso dos

acontecimentos reais. São muitas as campanhas e mobilizações políticas que ocorrem internamente à internet, várias com eficácia e conseqüências políticas reais. Em uma operação paradóxica do ciberespaço, ele amplia a esfera pública e a ação política no mundo virtual e as reduz no mundo real.

Explorar o papel e as conseqüências da internet no incremento do aumento da circulação global de informações tornou possível também desenvolver a noção de “espaço-público-virtual” (Ribeiro 2003, 2004). Foi preciso contrastar a noção de *espaço-público-real* àquela de *espaço-público-virtual*, assim como a noção de esfera pública real à de esfera pública virtual (ou ciberesfera pública). Estas noções devem ser entendidas em relação à existência do *espaço-público-em-geral*. Com efeito, hoje este espaço-público-em-geral deve ser pensado como composto pelo espaço-público-real e o espaço-público-virtual. A marca fundamental do espaço-público-virtual é, hoje, a co-presença eletrônica na internet, mediatizada por tecnologias de comunicação que veiculam, simultaneamente, a troca de informações emitidas em vários ou muitos lugares diferentes, em espaços fragmentados globais, para um número indefinido de atores interagindo em uma rede disseminada sobre o espaço. Para efeito de distinção com relação ao espaço-público-real, chamarei de tecnologicamente construída a linguagem do espaço-público-virtual. O espaço-público-virtual tanto pode propiciar a construção de representações sobre uma totalidade social imaginada (incluindo a própria noção de comunidade transnacional imaginada-virtual), quanto pode favorecer a criação de múltiplas e fragmentadas comunidades virtuais de escalas variadas. Deve ser entendido como um dos universos preferenciais de (re)produção do capitalismo eletrônico-informático com a sua emergente e hegemônica “classe virtual” (Kroker e Weinstein, 1994). Uma arqueologia do espaço-público-virtual passaria necessariamente por procedimentos sociais ou técnicos bem mais simples dos que os de hoje, destinados a fazer imaginar aqui a presença daquilo que não está aqui, e de transformar os indivíduos em membros de comunidades maiores, em parceiros de estranhos que, apesar de nunca conhecidos, necessitam ser imaginados como irmãos/semelhantes de modo que grandes coletividades possam existir e ser administradas por quadros administrativos centralizados”.

c. Cosmopolíticas e pós-imperialismo

O interesse sobre o aumento da circulação de informações em escala global associa-se a uma preocupação com a compreensão de uma questão próxima, a do cosmopolitismo que assim defini sinteticamente:

“Cosmopolitanism is a western notion that epitomizes the need social agents have to conceive of a political and cultural entity, larger than their own homeland, that would encompass all human beings on a global scale. Cosmopolite in Ancient Greece meant citizen of the world. Cosmopolitanism presupposes a positive attitude towards difference, a desire to construct broad allegiances and equal and peaceful global communities of citizens who should be able to communicate across cultural and social boundaries forming a universalist solidarity. Its inclusive drive is most evident in moments of crisis of other modes of representing and ascribing membership to existing sociopolitical and cultural units. Much of the malaise and misunderstanding cosmopolitanism may provoke are related to its ambiguity, i.e. its unique way of uniting difference and equality, an apparent paradox of wishing to reconcile universal values with a diversity of culturally and historically constructed subject positions. The composition of the Greek term, *cosmopolis*, already indicates this unsolved tension: *cosmos*, a natural universal order, is related to *polis*, society’s variable order. As a consequence, from the Greek democratic city-state to the global village, the idea of a cosmopolite has been haunted by questions such as *whose* world this is. Can homogeneous external expansionist forces coexist with heterogeneous localized ones? A truly cosmopolitan answer would imply a permanent interest in difference and the recognition that globals and locals depend on each other to exist” (Ribeiro, 2001a: 2842).

Em consequência do interesse pelo cosmopolitismo, lancei mão da noção de cosmopolíticas tanto para o aperfeiçoamento da minha discussão sobre “pós-imperialismo” quanto para o projeto teórico e político das “antropologias do mundo”. Ambas as discussões relacionam-se com a circulação de informações, desta vez em um universo muito próximo: a academia. A noção de cosmopolítica procura prover uma perspectiva crítica e plural sobre as possibilidades de formulações de discursos e de articulações supra e transnacionais. Ela é baseada, por um lado, nas evocações positivas associadas historicamente à noção de cosmopolitismo e, por outro lado, em análises nas quais assimetrias de poder são de fundamental importância (sobre cosmopolítica veja Cheah e Robbins, 1998; Ribeiro 2003). Cosmopolítica abrange discursos e modos de fazer política que se preocupam com seus alcances e impactos globais.

Sempre me preocuparam os ideogramas, etnogramas e mídiogramas que disseminam estereótipos ou taxonomias classificatórias no sistema mundial. Concordo com Edward Said (1994) para quem o poder de narrar ou de bloquear narrativas constitui uma das principais conexões entre cultura e imperialismo. Foi isso

que me fez sentir mal quando, em pleno auge da influência do pós-colonialismo na academia norte-americana, ouvi, em 1999, em um encontro anual da Associação Americana de Antropologia, uma jovem professora classificar ao Brasil, na apresentação do seu trabalho, de país pós-colonial. Lembrei-me de que a fixação de discursos e imagens colonialistas também se faz através da ciência e da arte (Said, 1994: 12-13). Passei, então, a pensar que na América Latina seria um irônico anacronismo ser englobados por mais um modismo que despontava nos Estados Unidos e cuja recepção naquele país relacionava-se com o lugar influente que vários intelectuais indianos passaram a ocupar a partir da década de 1990. Nada contra a excelência dos intelectuais indianos, nem contra o pós-colonialismo como vertente crítica que certamente reflete os contextos político-ideológicos de jovens nações, como a própria Índia, que deixaram de ser colônias do Império Britânico em meados do século XX. Neste ponto, mais do que somente no Brasil, passei a considerar a minha inquietude como pertinente para pensar a América Latina como um todo. Afinal, o século XIX havia sido o século pós-colonial propriamente dito na região.

“Pós-imperialismo” (Ribeiro, 2003) foi a noção que cunhei para travar um diálogo crítico com o pós-colonialismo. Na verdade, pós-imperialismo, um rótulo que também expressa certa ironia, seria, para a América Latina, análogo ao que o pós-colonialismo significa para as ex-colônias britânicas. Mas, implicaria em um programa político-ideológico e acadêmico distinto, tendo em vista a geopolítica do conhecimento diferenciada da nossa inserção única no sistema mundial de produção intelectual. Por exemplo, ao invés do esforço epistemológico e teórico do pós-colonialismo de “provincializar a Europa”, como quer Dipesh Chakrabarty (2000), no pós-imperialismo haveria que “provincializar os Estados Unidos”. Um dos objetivos do pós-imperialismo seria descolonizar a imagem que se tem dos Estados Unidos na América Latina. Para tanto, haveria que começar pelos ideogramas e mídiagramas disseminados a partir daquele país. Em grande medida, tal esforço implicaria uma reversão das posições de poder embutidas em práticas como as latino americanistas em que a América Latina é o objeto a ser conhecido e interpretado pelos sujeitos do conhecimento localizados nos EUA. Desta forma, parte do projeto pós-imperialista direciona-se à realização de pesquisas, por pesquisadores latino-americanos, de grandes centros importantes para a (re)produção da hegemonia norte-americana, tais quais, o Pentágono, Wall Street e

Hollywood, visando à geração de conhecimentos com um sotaque latino-americano e marcados por problemáticas latino-americanas.

d. Antropologias do mundo.

A crítica aos fluxos de informações no sistema mundial acabou por incorporar a própria antropologia como um todo. Era preciso uma visão mais plural da antropologia numa conjuntura em que prevalece a hegemonia dos discursos anglo-saxões sobre diferença⁴. A idéia inicial veio da percepção que, em um mundo de globalização exacerbada, os antropólogos ainda não tinham consistentemente discutido a natureza da sua prática e suas mutações em escala global. Tal situação poderia estar ligada à crescente hegemonia internacional da antropologia norte-americana que tende a confundir sua própria crise com uma crise internacional. Queríamos criar oportunidades para estabelecer conversas entre antropólogos de várias regiões do mundo para avaliar a diversidade de relações entre antropologias regionais ou nacionais e um discurso disciplinar, atravessado por relações de poder.

Antropologias do mundo visou contribuir para a articulação de uma antropologia diversificada e mais ciente das condições sociais, epistemológicas e políticas da sua própria produção. Postulou como necessário: a) examinar criticamente a disseminação da antropologia enquanto um conjunto cambiante de discursos e práticas ocidentais, internamente e através de campos nacionais de poder, e os processos através dos quais essa disseminação ocorre; e b) contribuir para o desenvolvimento de uma paisagem plural de antropologias que seja ao mesmo tempo menos formatada por hegemonias metropolitanas e mais aberta ao potencial heteroglóssico dos processos de globalização em marcha. Tudo isso se inscreve no âmbito de uma antropologia crítica da antropologia destinada a descentrar, re-historicizar e pluralizar a disciplina. Foi, então, preciso questionar não apenas os conteúdos, mas também os termos e condições dos intercâmbios antropológicos (veja Ribeiro e Escobar, 2006, 2009).

A reflexão mais consistente sobre a possibilidade de outros cenários globais para a prática antropológica se valeu, de novo, da noção de cosmopolítica (Ribeiro, 2006a,

⁴ O projeto Redes de Antropologias do Mundo desenvolve-se com vários colegas como Arturo Escobar (Universidade da Carolina do Norte), Marisol de la Cadena (Universidade da Califórnia em Davis), Eduardo Restrepo (Instituto Pensar, Bogotá), Susana Narotsky (Universidade de Barcelona) e muitos outros. Veja www.ram-wan.net

2006b, 2007a, 2007b). Considerei a antropologia como uma cosmopolítica altamente sofisticada, uma vez que se trata de uma disciplina acadêmica. Para mim, a antropologia é uma cosmopolítica ocidental que se consolidou como disciplina acadêmica formal no século XX internamente a um sistema universitário ocidental cada vez maior e em expansão mundo afora. Como outras cosmopolíticas, a antropologia reflete a dinâmica histórica do sistema mundial, principalmente aquelas relacionadas às estruturas de alteridades em âmbitos internacionais e nacionais. Entre as diversas implicações geradas pelo fato de encarar a antropologia como uma cosmopolítica, destacarei a insuficiência da história da antropologia acadêmica do Atlântico Norte para dar conta da história do conhecimento antropológico em escala global. Isso decorre não apenas das especificidades das histórias das antropologias em cenários nacionais diferentes, mas também do fato de que outras cosmopolíticas sobre diferença desenvolveram-se em outras regiões do mundo e configuraram uma variedade de conhecimentos parecidos com o que viria a ser conhecido como antropologia, a “disciplina acadêmica que fez seu primeiro aparecimento na região do Atlântico Norte” (Danda, 1995: 23). Quero sublinhar, ainda, as noções de provincianismo metropolitano e cosmopolitismo provinciano que elaborei para ajudar a pensar aquilo que Chakrabarty (2000) chamou de “ignorância assimétrica”, isto é o desconhecimento do que é feito nos centros não-hegemônicos e a canonização do que é feito nos centros hegemônicos internamente ao sistema mundial de produção acadêmica.

Esta tentativa de síntese de resultados de vários estudos e pesquisas sobre globalização mostra como a antropologia pode contribuir para os debates em cursos em diferentes maneiras e frentes. Seja por exemplos etnográficos, seja por levar seus debates, noções e teorias para pensar a globalização, a antropologia tem muito a dizer. Não deixa de ser interessante que, em um roteiro como o descrito, a própria disciplina tenha terminado por se tornar, ela mesma, objeto de perquirição. Isto levar a crer que, um dos maiores patrimônios da antropologia, sua capacidade reflexiva crítica, prospera mesmo quando encara temática tão vasta e necessariamente interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

Abraham, Itty e Willem Van Schendel. 2005. "Introduction: the making of illicitness". In Willem Van Schendel e Itty Abraham (orgs.), *Illicit Flows and Criminal Things*, Bloomington: Indiana University Press, pp. 1-37.

Anderson, Benedict. 1991. *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. Edição revista. Londres:Verso.

Appadurai, Arjun. 1990. "Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy". *Public Culture* 2 (2): 1-24.

Arruda, Aline Maria Thomé. 2007. "A presença libanesa em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)", dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas, da Universidade de Brasília.

Basch, Linda & Nina Glick Schiller, Cristina Szanton Blanc. 1994. *Nations Unbound. Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*. Langhorne, Gordon & Breach.

Baudrillard, Jean. 1988. *Selected Writings*. Stanford: Stanford University Press.

Bonacich, E. 1972. "A Theory of Ethnic Antagonism: the Split-Labor Market". *American Sociological Review* 5: 533-547.

Cardoso de Oliveira, Roberto. 2000. "Os (Des)caminhos da identidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (15) 42: 07-21.

Chakrabarty, Dipesh. 2000. *Provincializing Europe. Postcolonial thought and historical difference*. Princeton. Princeton University Press.

Chang, Hsiao-hung. 2004. "Fake logos, fake theory, fake globalization". *Inter-Asia Cultural Studies* (5) 2: 222-236.

Cheah, Pheng e Bruce Robbins (orgs.). 1998. *Cosmopolitics. Thinking and Feeling Beyond the Nation*. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 20-41.

Clifford, James. 1997. *Routes. Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge. Harvard University Press.

- Danda, Ajit K. 1995. *Foundations of Anthropology: India*. New Delhi, Inter-India Publications.
- Featherstone, Mike e Roger Burrows (orgs.). 1995. *Cyberspace, Cyberbodies, Cyberpunk. Cultures of Technological Embodiment*. Londres: Sage Publications
- Figueiredo, Breno Einstein. 2001. *De Feirantes da Feira do Paraguai a Micro-Empresários*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- Garcia, Marie France. 1984. *Feira e Trabalhadores Rurais*. Tese de Doutorado. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- García Canclini, Néstor. 1990. *Culturas Híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México. Grijalbo.
- Giddens, Anthony. 1984. *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press.
- Hannerz, Ulf. 1996. "Cosmopolitans and Locals in World Culture." In *Transnational Connections*. London/New York: Routledge.
- Harvey, David. 1989. *The Condition of Post-Modernity*. Oxford. Basil Blackwell.
- Holtzman, Jon. 1999. *Nuer Journeys, Nuer Lives. Sudanese Refugees in Minnesota*. Needham Heights: Allyn and Bacon.
- House, Kendall V. 1998. "Review of The Yacyreta High Dam: Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina, by Gustavo Lins Ribeiro 1994, Gainesville: University Press of Florida". *Journal of Political Ecology* 5: 67-70.
- Kroker, Arthur e Michael A. Weinstein. 1994. *Data Trash. The theory of the virtual class*. Nova York. St. Martin's Press.
- Laclau, Ernesto. 1994. "Why do Empty Signifiers Matter to Politics?". In Jeffrey Weeks (org.), *The Lesser Evil and the Greater Good. The Theory and Politics of Social diversity*. Londres. Rivers Oram Press, pp.167-178.
- Lévi-Strauss, Claude. 1973. "Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss". In Marcel Mauss, *Sociologie et Anthropologie*, vol. I. Paris. Presses Universitaires de France, pp. IX-LII.
- Lévy, Pierre. 1995. *As Tecnologias da Inteligência. O Futuro do Pensamento na Era da Informática*. Rio de Janeiro. Editora 34.
- Machado, Rosana Pinheiro. 2005. *A Garantia "soy yo": Etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros em Porto Alegre e Ciudad del Este*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

------. 2009. *Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Machado da Silva, Luis Antônio. 1971. *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional, Rio de Janeiro.

Maldonado, Tomás. 1994. *Lo Real y lo Virtual*. Barcelona. Gedisa Editorial.

Marcus, George E. 1991. "Identidades Passadas, Presentes e Emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial". *Revista de Antropologia* 34: 197-221.

Mato, Daniel. 1996. "Procesos culturales y transformaciones socio-políticas en América 'Latina' en tiempos de globalización". In Daniel Mato, Maritza Montero, Emanuele Amodio (orgs.), *América Latina en tiempos de globalización: procesos culturales y transformaciones sociopolíticas*. Caracas: Centro Regional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe, pp. 11-47.

Naím, Moisés 2005: *Illicit. How smugglers, traffickers, and copycats are hijacking the global economy*, New York: Doubleday.

Nascimento, Munich. 2006. "A Rua 25 de Março e a Imigração Sírio-Libanesa para São Paulo". 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília.

Ortiz, César Pérez. 2004. *A Tríplice Fronteira Brasil/Argentina/Paraguai*, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Quéau, Philippe. 1993. "O Tempo do Virtual". In André Parente (org.), *Imagem-Máquina. A Era das Tecnologias do Virtual*. Rio de Janeiro. Editora 34, pp. 91-99.

Rabossi, Fernando. 2004. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Dissertação de Doutorado, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rheingold, Howard. 1993. *The Virtual Community. Homesteading on the Electronic Frontier*. Nueva York. Harper Perennial.

Ribeiro, Gustavo Lins. 1991. *Empresas Transnacionais. Um grande projeto por dentro*. São Paulo/Rio de Janeiro, Marco Zero/ANPOCS.

------. 1991a. "Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Utopia /Ideologia do Desenvolvimento". *Revista de Antropologia*, Universidade de São Paulo, n. 34: 59-101.

------. 1992. "Bichos-de-Obra. Fragmentação e Reconstrução de Identidades". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* no. 18: 30-40.

- . 1994. *Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina. The Yacyretá High Dam*. Gainesville: University Press of Florida.
- . 1995. "Ethnic Segmentation of the Labor Market and the 'Work Site Animal.' Fragmentation and Reconstruction of Identities within the World System". In Jane Schneider e Rayna Rapp (orgs.), *Uncovering Hidden Histories*. Berkeley: University of California Press, pp. 336-350.
- . 1996. "Internet e a Comunidade Transnacional Imaginada/Virtual". *Interciencia. Revista de Ciencia y Tecnología de América*, Caracas, 21 (6): 277-287.
- . 1998. "Cybercultural Politics. Political Activism at a Distance in a Transnational World". In Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.), *Cultures of Politics/Politics of Cultures. Revisioning Latin American Social Movements*. Westview Press: Boulder (Colorado), pp. 325-352.
- . 1999. "A Condição da Transnacionalidade". *Revista Brasileira de Políticas Comparadas* III (1): 117-146.
- . 1999a. "O que faz o Brasil, *Brazil*. Jogos Identitários em San Francisco". Republicado em Rossana Rocha Reis e Teresa Sales (Orgs.) *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- . 1999b. "Tecnotopia versus Tecnofobia. O Mal-Estar no Século XXI". *Humanidades* 45: 76-87, Brasília.
- . 2000. *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- . 2000a. "Goiânia, Califórnia. Vulnerabilidade, Ambiguidade e Cidadania Transnacional". *Teoria e Sociedade* no. 6: 62-93.
- . 2001. "Planeta Banco: Diversidad étnica en el Banco Mundial". In Daniel Mato (org.), *Estudios Latinoamericanos sobre Cultura y Transformaciones Sociales en Tiempos de Globalización 2*. Buenos Aires/Caracas: CLACSO-UNESCO, pp. 103-118.
- . 2001a. "Cosmopolitanism". *International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences*: (4) 2842-45. Elsevier: Londres.
- . 2002. "Diversidad Étnica en el Planeta Banco: Cosmopolitismo y Transnacionalismo en el Banco Mundial". *Nueva Sociedad* (Marzo-Abril 2002) 178: 70-88, Caracas.
- . 2002a. "Power, Networks and Ideology in the Field of Development". In Carlos Lopes, Khalid Malik e Sakiko Fukuda-Parr (orgs.), *Capacity for Development: new solutions to old problems*. Londres: Earthscan, pp. 168-184.
- . 2003. *Postimperialismo*. Barcelona/Buenos Aires: Gedisa.

------. 2003a. “Identidade Brasileira no Espelho Interétnico. Essencialismos e Híbridos em San Francisco”. In Parry Scott e George Zarur (orgs.), *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina*. Recife: Editora Universitária UFPE.

------. 2004. “El Espacio-público-virtual”. In Néstor Garcia Canclini (org.), *Reabrir Espacios Públicos. Políticas Culturales y Ciudadanía*. Universidad Autónoma Metropolitana/Plaza y Valdés Editores: Cidade do México/Barcelona, pp. 59-102.

------. 2006. “Other Globalizations. Alter-native transnational processes and agents”. *Série Antropologia* no. 389, Universidade de Brasília.

------. 2006a. “Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 21 (60): 147-165.

------. 2006b. “World Anthropologies: Cosmopolitics for a new global scenario in anthropology”. *Critique of Anthropology* 26 (4): 363-385.

------. 2007. “El sistema mundial no hegemónico y la globalización popular”. *Anuario de Estudios en Antropología Social* 2006: 7-19, Buenos Aires.

------. 2007a. “Anthropologies du monde: cosmopolitique pour um nouveau scénario mondial en anthropologie”. *Journal des Anthropologues* 110-111: 27-51.

------. 2007b. “Antropologías Mundiales. Cosmopolítica, poder y teoría en Antropología”. In Angela Giglia, Carlos Garma e Ana Paula de Teresa (orgs.), *A Donde va la antropología?*, México, Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, pp. 59-82.

------. 2008. “Do Nacional ao Global: uma trajetória”. *Série Antropologia* no. 422, Universidade de Brasília.

------. 2008a. “Otras globalizaciones. Procesos y agentes transnacionales alter-nativos”. *Alteridades* 36: 175-200.

------. 2008b. “Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento”. *Novos Estudos CEBRAP* 80: 109-125.

------. 2008c. “Diversidade cultural enquanto discurso global”. *Desigualdade e Diversidade* 2: 199-233.

------. 2010. “A globalização popular e o sistema mundial não-hegemônico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 25 (74): 21-38.

Ribeiro, Gustavo Lins e Paul E. Little. 1997. “Neoliberal Recipes, Environmental Cooks. The Transformation of Amazonian Agency”. In Lynne Philipps (org.), *The Third Wave of Modernization in Latin America: Cultural Perspectives on Neoliberalism*. Wilmington, DE: Scholarly Resources Press, Jaguar Series, pp. 175-191.

Ribeiro, Gustavo Lins e Arturo Escobar (orgs.). 2006. *World Anthropologies. Disciplinary Transformations within systems of power*. Oxford, Nova Iorque: Berg Publishers.

------. 2009. *Antropologías del Mundo. Transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder*, Colección Clásicos y Contemporâneos en Antropología, México, Editorial del CIESAS, segunda edição revista.

Rocha, Rachel Dubard de Moura. 2007. "Nem daqui, nem da China. Um estudo antropológico sobre identidades multifacetadas dos migrantes chineses na Feira dos Importados, Brasília, D.F.". Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília.

Rothstein, Frances Abrahamer e Michael L. Blim. 1992. *Anthropology and the Global Factory. Studies of the New Industrialization in the Late Twentieth Century*. New York. Bergin & Garvey.

Said, Edward W. 1994. *Culture and Imperialism*. Nova York: Alfred A. Knopf.

Silva, Marcos de Araújo. 2009. "This isn't contraband. I'm clean." A study of borders of incorporation and exclusion among Chinese immigrants in Pernambuco. *Vibrant* 6 (1): 152-169.

Sklair, Leslie. 1991. *Sociology of the Global System*. Baltimore. The Johns Hopkins University Press.

Souza, Angelo José Sátyro de. 2000. *Feira do Paraguai: Território e Poder. História e Memória*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

Steward, Julian H. 1972. *Theory of Culture Change. The Methodology of Multilinear Evolution*. Urbana e Chicago. University of Illinois Press.

Stone, Allucquère Roseanne. 1992. "Virtual Systems". In Jonathan Crary & Sanford Kwinter (orgs.), *Incorporations*. Nova Iorque: Zone. pp. 609-621

------. 1994. "Will the Real Body Please Stand Up?: Boundary stories about Virtual Cultures". In Michael Benedikt (org.), *Cyberspace: first steps*. Cambridge: The MIT Press. pp. 81-118. Primeira edição 1991.

------. 1995. *The War of Desire and Technology at the Close of the Mechanical Age*. Cambridge. The MIT Press.

Wallerstein, Immanuel. 1974. *The Origin of the Modern World System*. Nova Iorque: Academic Press.

Wolf, Eric R. 1982. *Europe and the people without history*. Berkeley: University of California Press.

SÉRIE ANTROPOLOGIA
Últimos títulos publicados

422. RIBEIRO, Gustavo Lins. Do Nacional ao Global. Uma Trajetória. 2008.
423. RIBEIRO, Gustavo Lins. Otras globalizaciones. Procesos y agentes alter-nativos transnacionales. 2009.
424. GORDON, Cesar. O valor da beleza: reflexões sobre uma economia estética entre os Xikrin (Mebengokre-Kayapo). 2009.
425. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. Concepções de Igualdade e (Des)Igualdades no Brasil (uma proposta de pesquisa). 2009.
426. PEIRANO, Mariza. O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos (versões em português e inglês). 2009.
427. MOURA, Cristina Patriota. Within Walls of Urban Enclosure: Reflections on Women's Projects in Brazil. 2009.
428. DIAS, Cristina e TEIXEIRA, Carla Costa. Uma crítica à noção de desperdício: sobre os usos da água nos banheiros. 2009.
429. RIBEIRO, Gustavo Lins. Anthropology as Cosmopolitics Globalizing Anthropology Today. 2009.
430. DIAS, Juliana Braz, SILVA, Kelly Cristiane, THOMAZ, Omar Ribeiro, TRAJANO FILHO, Wilson. Antropólogos brasileiros na África: algumas considerações sobre o ofício disciplinar além-mar. 2009.
431. JIMENO, Myriam, CASTILLO Ángela y VARELA Daniel. A los siete años de la masacre del Naya: la perspectiva de las víctimas. 2010.
432. RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. 2010.
433. BARROS, Sullivan Chaves. Sociabilidades míticas na umbanda: identidade étnica e consciência subalterna. 2010
434. LOZANO, Claudia. Nuevos actores, viejos conflictos y lenguaje de los derechos: Los movimientos de mujeres por la justicia en la provincia Argentina de Catamarca (1990-1998). 2010
435. RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologia da Globalização. Circulação de Pessoas, Mercadorias e Informações. 2011

A lista completa dos títulos publicados pela Série Antropologia pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:
Departamento de Antropologia
Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Brasília
70910-900 – Brasília, DF

Fone: (61) 3107-7299

Fone/Fax: (61) 3107-7300

E-mail: dan@unb.br

A Série Antropologia encontra-se disponibilizada em arquivo pdf no link: www.unb.br/ics/dan

Série Antropologia has been edited by the Department of Anthropology of the University of Brasilia since 1972. It seeks to disseminate working papers, articles, essays and research fieldnotes in the area of social anthropology. In disseminating works in progress, this Series encourages and authorizes their republication.

ISSN print format: 1980-9859

ISSN electronic format: 1980-9867

1. Anthropology 2. Series I. Department of Anthropology of the University of Brasilia

We encourage the exchange of this publication with those of other institutions.

Série Antropologia Vol. 435, Brasília: DAN/UnB, 2011.